



O ESTUDO DAS PROPOSTAS CURRICULARES REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS E OS PCN

Lauro Igor Metz¹

RESUMO

A investigação histórica tem como objetivo verificar se o estudo elaborado pela Fundação Carlos Chagas - FCC, a pedido do Ministério da Educação e Cultura, influenciou os elaboradores dos Parâmetros Curriculares Nacionais na versão preliminar do documento enviada aos pareceristas no ano de 1995. Fundamenta-se em Hofstetter e Schneuwly (2017) e Valente (2017; 2019) no entendimento de saberes profissionais relacionados com a profissionalização docente e em Bertini, Morais e Valente (2017) na caracterização e articulação de uma matemática a ensinar e uma matemática para ensinar. Os resultados esclarecem relações e influências internacionais recebidas pelo governo brasileiro no âmbito educacional na última década do século XX. O estudo realizado apresenta que o estudo sobre currículos realizado pela FCC pouco interferiu na elaboração da versão preliminar dos PCN por terem sido elaborados por equipes distintas e concomitantemente.

Palavras-chave: Parâmetros Curriculares Nacionais; Propostas Curriculares; Ensino.

THE STUDY OF CURRICULUM PROPOSALS CARRIED OUT BY THE CARLOS CHAGAS FOUNDATION AND THE PCN

ABSTRACT

The historical investigation aims to verify whether the study prepared by the Carlos Chagas Foundation - FC, at the request of the Ministry of Education and Culture, influenced the drafters of the National Curriculum Parameters in the preliminary version of the document sent to reviewers in 1995. It is based on Hofstetter and Schneuwly (2017) and Valente (2017; 2019) in the understanding of professional knowledge related to teaching professionalization and on Bertini, Morais and Valente (2017) in the characterization and articulation of a mathematics to teach and a mathematics to teach. The results clarify international relations and influences received by the Brazilian government in the educational sphere in the last decade of the 20th century. The study carried out shows that the study on curricula carried out by the FCC did not interfere with the preparation of the preliminary version of the PCN, as they were prepared by different teams and at the same time.

Keywords: National Curriculum Parameters; Curricular Proposals; Teaching.

EL ESTUDIO DE LAS PROPUESTAS CURRICULARES REALIZADO POR LA FUNDACIÓN CARLOS CHAGAS Y EL PCN

¹Doutorando do Programa Educação e Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professor na Faculdade Esic School Business & Marketing (ESIC), Curitiba, Paraná, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3859-5137> . CV: <http://lattes.cnpq.br/1118630707013543>. E-mail: lauroigormetz@gmail.com.



RESUMEN

La investigación histórica tiene como objetivo verificar si el estudio elaborado por la Fundación Carlos Chagas - FC, a solicitud del Ministerio de Educación y Cultura, influyó en los redactores de los Parámetros Curriculares Nacionales en la versión preliminar del documento enviado a los revisores en 1995. Se basa en Hofstetter y Schneuwly (2017) y Valente (2017; 2019) en la comprensión del conocimiento profesional relacionado con la profesionalización docente y Bertini, Morais y Valente (2017) en la caracterización y articulación de una matemática para enseñar y una matemática para enseñar. Los resultados aclaran las relaciones internacionales y las influencias recibidas por el gobierno brasileño en el ámbito educativo en la última década del siglo XX. El estudio realizado muestra que el estudio de currículos realizado por la FCC no interfirió con la elaboración de la versión preliminar del PCN, ya que fueron elaborados por diferentes equipos y al mismo tiempo.

Palabras claves: Parámetros del plan de estudios nacional; Propuestas curriculares; Enseñando.

INTRODUÇÃO

A História da Educação Brasileira revela que a década de 1990 foi um período de significativas mudanças na legislação educacional e um período de sistematizações de saberes relacionados ao ensino e à formação de professores. Dentro de um contexto de políticas neoliberais, o Brasil foi submetido a interferências de Organismos Internacionais. No âmbito educacional houve a criação do Conselho Nacional de Educação instituído pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995; o estabelecimento das Diretrizes e Bases da Educação Nacional pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) criado pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996 e regulamentada pela Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997, o mesmo foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em 2006; a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para as primeiras séries do Ensino Fundamental em 1997 e das últimas séries do Ensino Fundamental em 1998. A problemática da investigação busca verificar qual a contribuição do relatório realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), a pedido do MEC no ano de 1995, na constituição da primeira versão dos PCN dos dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental? A investigação tem como objetivo principal verificar se o relatório elaborado pela FCC influenciou os elaboradores dos PCN na versão

preliminar do documento publicada no ano de 1995. Entre os objetivos específicos, busca-se entender o contexto educacional brasileiro na última década do século XX e suas relações com organismos internacionais; compreender o período em que ocorreu a elaboração do estudo sobre as propostas curriculares realizado pela FCC para subsidiar os PCN dos dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental a pedido do MEC; esclarecer fatos relacionados com a elaboração da versão preliminar dos PCN enviada a especialistas no ano de 1995. O estudo justifica-se por apresentar elementos que contribuem para os resultados de uma investigação em andamento a nível de Doutorado pelo Programa de Pós -Graduação em Educação e Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) que tem como propósito compreender a constituição de saberes matemáticos sistematizados nos PCN dos primeiros anos escolares. A pesquisa de cunho histórico ampara-se em Hofstetter e Schneuwly (2017) na relação e entendimento dos saberes para a profissionalização docente, tais autores entendem que os saberes compõem a engrenagem das instituições de ensino e fazem parte de uma construção social e histórica, classificam duas categorias de saberes articuladas com a formação docente, saberes a ensinar e os saberes para ensinar, o primeiro voltado às ciências de referência e o segundo, articulado com saberes pedagógicos, didáticos e profissionais compondo as ferramentas do trabalho do professor. Sustenta-se em Valente (2017; 2019), que em seus trabalhos vem ampliando os estudos estabelecidos por Hofstetter e Schneuwly sobre os saberes, estabelecendo que o saber a ensinar apresenta vínculo com as disciplinas escolares e o saber para ensinar trata-se de um ferramental fruto da elaboração histórica do ofício docente, ambos são considerados pelo autor como saberes objetivados e diferenciam-se dos saberes da ação relacionados com a experiência e evidenciados na prática pedagógica (VALENTE, 2019). Articulando os aspectos teóricos com a área do ensino de matemática, a pesquisa ampara-se nos estudos realizados por Bertini, Morais e Valente (2017), que afirmam a existência de uma matemática a ensinar e uma matemática para ensinar relacionadas à profissionalização do professor que ensina matemática, a primeira vinculada a um campo disciplinar e a outra relacionada com a objetivação de um saber matemático que faz parte do exercício do ofício do professor que oferece condições para o professor exercer sua função. Os encaminhamentos metodológicos seguem os preceitos de Ginzburg (1989), atentando-se aos detalhes e indícios do passado que podem ter sido desconsiderados em pesquisas anteriores e também orienta-se nas colocações de Chartier

(2002), que exprime que a função do historiador não é profetizar a história, mas buscar compreender os significados e os efeitos das rupturas estabelecidas. Considerando que o método da investigação deve estar relacionado com a natureza e os objetivos da pesquisa e também, com as condições de que dispõe o pesquisador fez-se uma análise no documento elaborado pela Fundação Carlos Chagas e no Parecer n. 03/97 emitido pelo Conselho Nacional de Educação. A opção pela técnica da pesquisa documental foi por ela permitir passar de elementos descritivos a processos interpretativos investigando a compreensão dos atores dentro do contexto cultural em que a informação é produzida (CHIZZOTTI, 1998) e pela mesma, exigir do pesquisador, uma capacidade reflexiva e criativa para compreender o problema e estabelecer relações entre este e seu contexto (SILVA et al. , 2009).

CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO FINAL SÉCULO XX

Os debates relacionados com a gestão democrática na educação entre as décadas de 1970 e 1980 expressavam a resistência ao modelo instituído pelo golpe militar de 1964 (BORGES, 2012), o qual instituiu precárias condições de financiamento, de espaço físico e de qualificação profissional. Na época a luta por uma (re)democratização do ensino ganha forças nas reivindicações da sociedade. O período foi marcado pelo fim de um crescimento econômico com impactos significativos na produção e emprego que alteram uma tendência da economia, a elevação de juros internacionais e o fim de fornecimento de créditos levaram ao Brasil a ceder para uma política intervencionista (OLIVEIRA, 2010).

Na década de 1990 não existia um projeto do governo brasileiro com propostas concretas para mobilizar a sociedade no âmbito educacional (ARELARO, 2000, apud OLIVEIRA, 2010). O Brasil estava no meio de uma grave crise econômica, a inflação acumulada entre os anos de 1990 e 1992 chegará a ser de 3.212,74% (BELIEIRO JUNIOR, 2013). Na tentativa de estancar a crise inflacionária existente entre os anos de 1986 e 1994 o país conviveu com diferentes planos de estabilização econômica, o que provou cinco alterações na moeda nacional sucessivamente de cruzeiro passou cruzado, cruzado novo, cruzeiro novo e finalmente, real (BRUSCHINI, 1998).



Visando perspectivas de crescimento econômico, organismos internacionais passam a delinear o sistema educacional brasileiro priorizando "a transmissão de comportamentos e atitudes em detrimento da transmissão do conhecimento científico"(OLIVEIRA, 2010, p. 3). Na perspectiva neoliberal, acentuada na década de 1990, confunde-se gestão democrática com gestão compartilhada e transfere-se para a comunidade responsabilidades de viabilização de recursos e ações pedagógicas, o Estado assume a postura de regulador do processo. A descentralização neoliberal nada tem a ver com o propósito de democratizar a ação pública e, sim, com permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar a privatização (BORGES, 2012). O processo de descentralização da educação brasileira foi direcionado por países capitalistas e organismos internacionais que atuavam na América Latina na década de 1990, os quais tinham como metas uma aprendizagem mínima e a universalização da educação (FARIAS, 2011).

Assim, o processo de descentralização da educação brasileira proposto pelas políticas neoliberais transforma implicitamente os países da América Latina em colaboradores da manutenção da hegemonia econômica americana e favorece a manutenção do sistema capitalista dependente de mercados consumidores, não correspondendo à redemocratização prevista pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da educação de 1996, que previam maior participação popular nas decisões políticas e maior autonomia do sistema educacional brasileiro (FARIAS, 2011). No sistema neoliberal implantado, observam-se ações da sociedade em prol dos interesses do capital financeiro e de corporações desenvolvidas acompanhadas pela falta de planejamento e por decisões não refletidas conscientemente.

O Brasil era apontado entre os sete piores países do mundo em qualquer modalidade de ensino devido a problemas gerenciais na área e não por falta de investimento (ARELARO, 2005), o que levou o país a assumir compromissos internacionais na Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtien (Tailândia) em 1990, para não perder investimentos. Entre eles estava a implantação de políticas que representassem, estatisticamente, o aumento a curto prazo de número de alunos matriculados em escolas, independente das condições de funcionamento das mesmas. Em decorrência da Conferência Mundial de Educação para Todos, o Brasil elabora o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), que trata de diretrizes políticas de aprimoramentos e avaliação dos sistemas

escolares, o que fez com que "o Estado elaborasse parâmetros curriculares, alinhados aos ideais neoliberais, para orientar as práticas educativas da educação básica"(TAVARES, 2019, p.12).O artigo publicado no jornal o Globo, em 09 de julho de 1995, revela que apenas 33% dos alunos matriculados no primeiro ano do primário completavam a oitava série, a pior taxa de aproveitamento de ensino entre todos os países da América Latina. Em comparação a nível mundial, apenas Bangladesh na Ásia e Guiné Bissau na África tinham um aproveitamento menor que o Brasil (TUPYNAMBÁ, 1995).

O RELATÓRIO DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Em outubro de 1995, a pedido do MEC, o Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas publica um relatório referente às propostas curriculares oficiais nomeado "Análise das Pesquisas Curriculares dos estados e de alguns municípios das capitais para o ensino fundamental". O estudo, solicitado oficialmente no início de 1995, abrange a análise dos currículos dos últimos 10 anos de estados, alguns municípios de capitais e do Distrito Federal (BRASIL, 2002), com o propósito de servir de subsídios à elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1997).

Os elaboradores do documento estavam organizados por uma coordenação geral sob responsabilidade de Elba Siqueira de Sá Barreto, uma equipe central formada por três profissionais, Eleny Mitrulis, Heloísa Occhiusi e Jorcelina Elisabeth Fernandes e, também, por especialistas representantes das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, pertencentes a universidades brasileiras dos estados de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo, escolhidos por estarem ligados a pesquisas em suas respectivas áreas. A área de matemática, que é a especificidade da investigação, foi representada no estudo pelo professor João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho (BARRETO, 1995).

O material elaborado foi dividido em duas partes, a primeira delas sendo uma apreciação geral das propostas curriculares do Ensino Fundamental e a segunda, uma análise dos componentes curriculares do núcleo comum. Nele foram feitas análises curriculares de diferentes propostas curriculares elaboradas na década de 1980, dentre elas, as de 21 estados,

do Distrito Federal e dos municípios Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, que foram incluídos por apresentarem processos inovadores (BARRETO, 1995).

O documento identifica que as propostas estaduais estão estruturadas na sua maioria como objetivos, conteúdos e metodologias porém, identificam-se ambiguidades nas utilizações dos termos objetivos e conteúdos como também, confusões entre conteúdos e orientações metodológicas. Mesmo com ideais democráticos, identifica-se no relatório que a elaboração das propostas curriculares de vários estados estava ainda restrito a equipes centrais, não chegando à consulta ampla à sociedade e demais professores, notam-se em alguns casos colaborações de consultores das universidades no apoio a técnicos locais, fortalecendo aí avanços em fundamentações teóricas e outras (BARRETO, 1995). Nas propostas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná já havia sido instituído o ciclo básico de alfabetização como uma medida de reorganização da escola pública, a iniciativa eliminava "a avaliação com fins de promoção ou retenção ao final do 1º ano e procurando assegurar a flexibilidade no tratamento curricular" (BARRETO, 1995, p. 22). O trabalho com os ciclos visava enfrentar o fracasso escolar segundo uma concepção construtivista, permitindo que a história de vida do aluno fosse levada em conta. Em relação à distribuição dos componentes curriculares, o estudo identifica propostas que não apresentam indicações em que séries e ciclos determinados conteúdos seriam trabalhados, desfavorecendo aí qualquer auxílio ao professor na sua organização pedagógica, também destacam que por motivos de desenvolvimento sócio-culturais as propostas da região e sul e sudeste estavam mais bem elaboradas que de outras regiões (BARRETO, 1995). Em "vários estados observa-se também uma tendência à excessiva psicologização da abordagem nas séries iniciais, acompanhada frequentemente de um esvaziamento dos conteúdos das respectivas áreas de conhecimento" (BARRETO, 1995, p.14).

Origem dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) referentes às quatro primeiras séries da Educação Fundamental da época, é um documento publicado pela Secretaria de Educação Fundamental no ano de 1997 composto por 10 volumes distribuídos gratuitamente para cada



educador brasileiro atuante na escola pública nos primeiros anos escolares. Seu objetivo era subsidiar a elaboração dos projetos de cada escola ou seja, tal documento reforça a importância de que cada escola formule seu projeto educacional (BRASIL, 1997). Os PCN são constituídos como parte uma política curricular oficial com propósito na orientação da prática pedagógica no que se refere à sistematização de conteúdos, subsidiando ações das Secretarias Estaduais ou Municipais de Educação (OLIVEIRA, 2010).

A intencionalidade da elaboração do documento teve sua primeira manifestação no final de 1994, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso como presidente do Brasil, em encontro que reuniu em torno de 60 estudiosos e representantes da Argentina, Colômbia, Chile e Espanha (MOREIRA, 1996). Oficialmente, o projeto de elaboração dos PCN teve início em 1995, após posse de Fernando Henrique Cardoso. Seu desenvolvimento contou com a participação de professores de uma escola da rede privada de São Paulo, diferentes assessores e a consultoria do espanhol, especialista em questões curriculares, Cesar Coll (CUNHA, 2009). O processo de elaboração e divulgação dos PCN é atrelado a dois momentos distintos, a publicação de uma versão preliminar que aconteceu no final de 1995 e a publicação da versão final no ano de 1997. A versão preliminar elaborada por especialistas contratados pelo Ministério da Educação (MEC) veio a público no final do ano de 1995, encaminhada para consulta e avaliação de professores e acadêmicos de diferentes instituições brasileiras (BONAMINO; MARTINEZ, 2002). A versão preliminar dos PCN foi enviada a instâncias educacionais e professores a quem o MEC solicitou pareceres (CUNHA, 2009), a proposta foi submetida à análise de 700 pareceristas (BRASIL, 2002, p.30). A versão preliminar elaborada passou por um processo de discussão entre os anos de 1995 e 1996, o que resultou em inúmeros encontros regionais com "a participação de professores do ensino fundamental, técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação, membros de conselhos estaduais de educação, representantes de sindicatos e entidades ligadas ao magistério"(BRASIL 1997, pág. 17).

O currículo que estava sendo elaborado por um grupo de 40 professores de São Paulo seria um dos principais trabalhos desenvolvidos pelo Ministério da Educação e a pretensão do encaminhamento para a aprovação do CNE aconteceria em maio de 1996 (TUPYNAMBÁ, 1995). Porém, a versão dos PCN de agosto de 1996 foi encaminhada para aprovação do CNE, pelo Ministro Paulo Renato de Souza, apenas em 10 de setembro de

1996 e aprovada em sessão do dia 12 de março de 1997 conforme descreve o Parecer n. 03/97 emitido pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Os PCN foram elaborados dentro de um contexto político internacional com foco na qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho, o qual exigia um sujeito polifuncional apto para mudanças constantes (TAVARES, 2019). O posicionamento favorável à elaboração do documento foi assumido na Conferência Mundial de Educação para Todos de 1990 convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (METZ, 2021). Sua elaboração sintoniza as exigências dos organismos internacionais com as políticas curriculares brasileiras (MACEDO NETO, 2009). A versão final dos PCN foi lançada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro Paulo Renato Souza em 15 de outubro de 1997. O conjunto dos 10 volumes foi enviado para cada um dos professores das quatro primeiras séries da rede pública do país com a expectativa da distribuição atingir 600 mil professores ainda naquele ano (BERNARDES, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu aprimorar conhecimentos e estabelecer relações entre o contexto político, econômico e educacional brasileiro da última década do século XX. A pesquisa revela que o pontapé inicial na elaboração dos PCN aconteceu no final de 1994, após a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais, e que o ano de 1995 foi marcado pela oficialização da equipe de elaboradores de tal documento e, também, pela elaboração do relatório feito pela Fundação Carlos Chagas, a pedido do MEC, sobre as propostas curriculares dos Estados, Distrito Federal e de alguns Municípios. Os documentos comprovam que o estudo pela FCC foi publicado em outubro de 1995 e a versão preliminar dos PCN começou a ser distribuída em dezembro do mesmo ano aos pareceristas, o que nos leva a concluir que ambos os documentos foram elaborados concomitantemente, ou seja, o estudo elaborado pela FCC não serviu de subsídio na elaboração da versão preliminar dos PCN. Os documentos evidenciam um movimento de aceleração na produção dos PCN



resultando na escassez de discussões mais elaboradas e participativas de especialistas e instituições de ensino em sua produção.

REFERÊNCIAS

ARELARO, L. R. G. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, v. 26, n. 92, p. 1-28, out/2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/7nXm3mp4yxtGXTxzk34NY6p/?lang=pt>>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

BARRETTO, E. S. S. (Org). **As propostas curriculares oficiais**: Análise das propostas curriculares dos estados e de alguns municípios das capitais para o ensino fundamental. (Textos FCC, n. 10). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos_fcc/arquivos/1321>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

BELIEIRO JUNIOR, J. C. M. Inflação e política no Brasil contemporâneo: A experiência dos governos FHC e Lula. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria/RS, v.3, n. 2, p.182-212, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/issue/view/698/showToc>>. Acesso em: 05 de mar. de 2021.

BERNARDES, B. MEC lança livros para orientar professores. **Folha de São Paulo**, 16 de outubro de 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff161013.htm>>. Acesso em: 02 de mar. de 2021.

BERTINI, L. F., MORAIS, R. S. & VALENTE, W. R. **A matemática a ensinar e a matemática para ensinar: novos estudos para a formação de professores**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

BONAMINO, A.; MARTINEZ, S. A. Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: A participação das instâncias políticas do estado. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 368-385. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26357174_Diretrizes_e_Parametros_Curriculares_Nacionais_para_o_ensino_fundamental_a_participacao_das_instancias_politicas_do_Estado>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

BORGES, Marisa. A política educacional nos anos de 1980 e 1990: qual a proposta de democratização da gestão escolar? **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau/SC, v. 7, n. 1, p. 143-174, jan./abr, 2012. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2714>>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.



BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais : introdução**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>>. Acesso em: 07 de jan. de 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/pnld/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais : terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: introdução**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer Nº 3/97 - Os Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 12 de marc. de 1997. . Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjMmpGtnbruAhU_DrkGHXi6AmwQFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.crmariocovas.sp.gov.br%2Fpdf%2Fdiretrizes_p02760281_c.pdf&usg=AOvVaw0JaxWQ-cJGEZOaJ3G0n13e>. Acesso em: 20 de dez. de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997**. Regulamenta a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, no âmbito federal, e determina outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2264.htm>. Acesso em: 03 de jan. de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm#art25>. Acesso em: 03 de jan. de 2021.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 3º e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 2021.



BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424compilado.htm>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas de melhoria da qualidade da educação : um balanço institucional.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 2002. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=103313>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

BRUSCHINI, Maria Cristina. **Trabalho das mulheres e mudanças no período 1985 – 1995.** São Paulo : FCC/DPE, 1998. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj8-Z-2irPvAhUWFLkGHUx8BZgQFjAAegQIARAD&url=http%3A%2F%2Fpublicacoes.fcc.org.br%2Fojs%2Findex.php%2Ftextosfcc%2Farticle%2Fdownload%2F2435%2F2390&usq=A0vVaw0EPae6wohXU6rNhLFqVHRi>>. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

CHARTIER, Roger. **Os Desafios da Escrita.** Trad. de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e Sociais**, 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CUNHA, L. A. A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009, p. 401-420. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/issue/view/15/pdf_47>. Acesso em: 25 de jan. de 2021.

FARIAS, S. G. Descentralização, neoliberalismo e direcionamento das políticas educacionais brasileiras. **Atos de pesquisa em educação**, Blumenau/SC, V. 7, n. 1, p. 122-142, jan./abr, 2011. Disponível em:< <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1815/1939>>. Acesso em: 03 de jan. de 2021.



GINZBURG, C. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo Cia. das Letras, 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4247156/mod_resource/content/1/GINZBURG%20Carlo.%20Sinais%20ra%C3%ADzes%20de%20um%20paradigma%20indici%C3%A1rio.%20In%20_____.%20Mitos%2C%20Emblemas%20e%20Sinais.%20S%C3%A3o%20Paulo%20Cia.%20das%20Letras%2C%201989.pdf>. Acesso em: 05 de out. de 2020.

HOFSTETTER, R. & SCHNEUWLY, B. Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação. In: HOFSTETTER, R. & VALENTE W. R. (Orgs.), **Saberes em (trans)formação: tema central a formação de professores**, São Paulo: Editora da Física 2017, p. 113-172.

MACEDO NETO, M. P. Parâmetros Curriculares Nacionais de História: desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica. **História em Reflexão**, Dourados/MS, Vol. 3 n. 6, p 1-11, jul/dez 2009. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/issue/view/28/showToc>>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

METZ, L. I. A temporalidade entre pareceres e a apreciação dos PCN pelo Conselho Nacional de Educação: uma reflexão pertinente. **Anais do XIV Seminário Nacional de História da Matemática**, Uberaba/MG, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xivsnhm/>>. Acesso em: 05 de abr. de 2021.

MOREIRA, A. F. B. Os Parâmetros Curriculares Nacionais em questão. **Educação e Realidade**, Porto Alegre/RS, V. 21, n.1, p.9-22, jan/jun, 1996. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71637/40634>>. Acesso em: 22 de mar. de 2021.

OLIVEIRA, Ana Fernanda Inocente Oliveira. Os parâmetros curriculares nacionais brasileiros no contexto das políticas neoliberais dos anos de 1990. **VI Jornadas de Sociologia de la UNLP**. Universidad Nacional de LaPlata. La Plata, 2010. Disponível em: <<https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=Os+par%C3%A2metros+curriculares+nacionais+brasileiros+no+contexto+das+pol%C3%ADticas+neoliberais+dos+anos+de+1990>>. Acesso em: 12 de mar.. de 2021.

SILVA, L. R. C. ; DAMACENO, A. D. , MARTINS, M. C. R. ; SOBRAL, K. M.; FARIAS, I. M. S. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. **IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. Curitiba/PR, 2009. Disponível em: <

TAVARES, F. G. O. O processo de elaboração das propostas curriculares para a Educação básica. **Holos**, Natal/RN, Ano 35, V.2, p. 1-19, 2019. Disponível em:



<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/issue/view/163>>. Acesso em: 01 de mar. de 2021.

TUPYNAMBÁ, J. P. Ética pode integrar currículo escolar. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1995. Acervo digital. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Par%C3%A2metros+Curriculares+Nacionais>>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

TUPYNAMBÁ, J. P. Pesquisa do MEC revela: Brasil tem o pior ensino da América. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 09 de julho de 1995. Acervo digital. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=Par%C3%A2metros+Curriculares+Nacionais>>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

VALENTE, W. R. Os Saberes para ensinar matemática e a profissionalização do educador matemático. **Diálogo Educacional**, Curitiba/PR, V. 17, n. 51, p. 207-222, jan/mar, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2836>>. Acesso em: 05 de jan. de 2021.

VALENTE, W. R. Saber objetivado e formação de professores: Reflexões pedagógico-epistemológicas. **História da Educação (online)**, Porto Alegre/RS, V. 23, p. 1 - 22, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/77747>>. Acesso em: 15 de fev. de 2021.